

ENSAIOS

O TERRITÓRIO EM ÍNDICES: A EXPERIÊNCIA DO IPEA NA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS) E A POSSIBILIDADE DE NOVOS OLHARES SOBRE DIFERENTES ESCALAS DO TERRITÓRIO

Marco Aurélio Costa¹
Bárbara Oliveira Marguti²
Nikolas de Camargo Pirani³

Índices sintéticos são polêmicos e objetos de atenção, admiração e crítica. A partir do lançamento, nos anos 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – criado como métrica alternativa e pretensamente dissociada das medidas que associavam desenvolvimento às medidas de produção nacional (produto interno bruto – PIB e produto nacional bruto – PNB) – e, sobretudo, em função do sucesso (não isento de críticas) experimentado por esse índice, vários experimentos de produção de índices sintéticos passaram a ser observados mundo afora e também no Brasil, seja para medir as condições de vida, as situações de pobreza (sobretudo em uma perspectiva multidimensional), as carências sociais ou outras concepções de desenvolvimento.

No Brasil, índices sintéticos desse tipo têm sido produzidos por diversos atores, em especial por fundações estaduais de pesquisa e estatística, atendendo, em alguns casos, à demanda de gestores públicos, sendo incorporados às decisões sobre alocação de recursos e relativas ao desenho e à implementação de políticas públicas, como é o caso do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), criado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade, 2013) a fim de identificar, no território intramunicipal paulista, as áreas de maior vulnerabilidade à pobreza; do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS),⁴ desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP) para apoiar o governo de Minas Gerais e seus municípios nas decisões locais de investimentos; do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), criado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc, 2010), que agrega dados socioeconômicos de 217 municípios maranhenses, entre outros.

1. Técnico de planejamento e pesquisa e diretor de Estudos e Políticas Urbanas, Regionais e Ambientais do Ipea.

2. Coordenadora de Estudos em Desenvolvimento Urbano do Ipea.

3. Pesquisador do Ipea.

4. O *software* de consulta do IMRS está disponível para *download* na página: <<http://goo.gl/nbLcXk>>.

Não resta dúvida do sucesso e da atração exercida pelos índices sintéticos, especialmente por seu potencial de comunicação e por sua apropriação direta, facilitada pelos sempre controversos *rankings*, que ordenam os municípios, expondo suas fragilidades e seus “atrasos”, o que é feito, em geral, sem a mediação dos conceitos, das opções metodológicas e das visões de mundo que estão em sua base e na seleção dos indicadores que irão lhe conformar.

O próprio Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com o qual contribuímos em sua construção, não está isento de críticas e de reparos. Uma das críticas, que não diz respeito diretamente ao índice, é a de que os índices sintéticos não constituem os melhores instrumentos de apoio ao gestor público de políticas especializadas. Com efeito, o índice sintético oferece tão somente uma visão geral, pretensamente integrada dos resultados produzidos pelos indicadores que estão em sua base. Neste sentido, não se pode mesmo esperar que o índice sintético ofereça mais do que ele pode dar: uma visão geral, útil para comparações no tempo e no espaço dos efeitos agregados de uma cesta de indicadores.

Outra crítica diz respeito à valorização que o IDHM promove aos grandes centros urbanos, expressando os altos padrões de renda e infraestrutura existentes nesses espaços dinâmicos, em contraposição à realidade dos pequenos municípios.

Apesar de compreendermos e concordarmos com muitas dessas críticas que se dirigem aos índices sintéticos, desenvolvemos, no âmbito do projeto *Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras*, por meio da Rede Ipea,⁵ o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) que busca identificar, em diferentes escalas do território brasileiro, situações de vulnerabilidade social.

Nos últimos anos, a expressão “vulnerabilidade social” tem sido cada vez mais utilizada no Brasil e no mundo por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais em um esforço de ampliação do entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada, complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda.

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, a vulnerabilidade social é uma noção antes de tudo política (ainda que nem sempre seja percebida como tal) que introduz novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária.

Nesse sentido, a leitura desses processos, resultante dessa “nova” conceituação, pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos das políticas públicas, alargando seu escopo e colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos.

5. Proposto pela Seade, em atendimento à Chamada Pública Ipea/Proredes nº 01/2011, este projeto realizou-se sob a coordenação do Ipea, com a participação de técnicos de sete instituições de planejamento estadual (Ipes), a saber: o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Paraná; o extinto Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), Pará; a Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj), Rio de Janeiro; a antiga Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (SDRMG), Goiás; a Fundação João Pinheiro (FJP), Minas Gerais; e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Bahia, além da instituição proponente, a Seade (São Paulo). O Programa de Apoio à Pesquisa em Rede (Proredes) consiste em um programa institucional do Ipea, por meio do qual se apoia a formação de redes institucionais e de pesquisadores em torno de pesquisas desenvolvidas no Ipea, com apoio financeiro para a contratação de bolsistas e/ou para a concessão de apoio financeiro aos coordenadores da rede.

A ideia inicial do projeto *Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras* era selecionar um conjunto de indicadores que revelassem o *deficit* de bem-estar social nos territórios metropolitanos e representá-lo em cartogramas, de modo a contribuir para a produção de políticas públicas melhor sintonizadas com as carências e necessidades da população, nas diversas regiões e unidades administrativas do país.

Adicionalmente, pretendia-se chamar atenção sobre a relevância de diversos fatores, nem sempre considerados, relacionados ao bem-estar e evidenciar, por meio desses mapas temáticos, as desigualdades socioespaciais presentes nos territórios metropolitanos.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, por meio da realização de diversas oficinas de trabalho e de diversas atividades de cunho técnico e metodológico, evoluiu-se para a construção do IVS, resultante da agregação e da organização de indicadores que fossem capazes de retratar as situações de vulnerabilidade social.

A construção do IVS envolveu diversos desafios. A apresentação mais detalhada dos aspectos metodológicos relacionados ao IVS encontra-se em publicações recentes (Costa e Marguti, 2015a; 2015b). De forma sintética, vale registrar que o IVS foi construído a partir de dezesseis indicadores presentes no Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH), estando organizado em três dimensões que buscam dialogar com as dimensões propostas pelo IDHM. A utilização dos indicadores constantes na plataforma do ADH decorre do fato de tais indicadores, com algoritmos especialmente construídos para o ADH e extraídos das bases dos Censos Demográficos,⁶ expressarem situações de vulnerabilidade social convergentes com as concepções que se pretendiam apresentar.

E quais são essas concepções? Antes de partirmos para a apresentação dos principais resultados e reflexões em torno do IVS, cabe uma pequena digressão sobre o termo vulnerabilidade social. Por tratar-se de uma expressão altamente polissêmica, muito difundida, mas cuja definição não se encontra consolidada na literatura, sua utilização demanda cuidados, no sentido de evitar imprecisões e interpretações indevidas.

O conceito de vulnerabilidade social adotado para a construção do IVS parte do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos, frente aos quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir, e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar (Costa *et al.*, 2015). Este conceito possui interfaces e dialoga com um dos trabalhos produzidos no âmbito do Banco Mundial pela pesquisadora Caroline Moser (1998), buscando compreender as dinâmicas da pobreza em sociedades periféricas, sugerindo que a condição de vulnerabilidade de indivíduos e famílias deriva da privação de “ativos” materiais e simbólicos (emprego, moradia, capital humano, capital social, entre outros) e de sua incapacidade para manejar adequadamente os ativos que possuem, em especial diante de situações de risco.

A vulnerabilidade aqui expressa também aproxima-se da definição proposta por Castel (1994), quando este atribui relevância à insegurança de renda, decorrente da precária inserção no mundo do trabalho, como fator condicionante da vulnerabilidade social. A partir

6. A plataforma do ADH, lançada inicialmente em 2013, trazia, então, cerca de duzentos indicadores socioeconômicos e populações de referência para os 5.565 municípios brasileiros constantes da malha municipal de 2010, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A plataforma lançada em novembro/2014 amplia o leque de recortes territoriais e disponibiliza o mesmo conjunto de indicadores para recortes intrametropolitanos e para os agregados das principais RMs do país, conformando uma extensa base de dados com mais de 7 milhões de registros.

dessa leitura, a situação social dos indivíduos reflete a densidade de sua inserção em cada um dos dois campos descritos pelo autor: o do *mundo do trabalho* e o das *relações de proximidade*.⁷

Sendo assim, a vulnerabilidade social, a que o IVS refere-se, incorpora alguns aspectos dos usos apresentados anteriormente, mas não se identifica, em sentido estrito, com nenhum deles. Reconhece a perspectiva ampliada da noção de *ativos* trazida pelo trabalho de Moser (1998), mas também procura dialogar com uma abordagem que lida com a perspectiva estrutural, visando captar aqueles elementos que contribuem para a reprodução intergeracional de situações de exclusão e vulnerabilidade social.

Como resultado do trabalho coletivo desenvolvido com as equipes participantes do projeto, com representação de cada uma das cinco macrorregiões do país, este ensaio traz uma análise dos resultados do IVS para os 5.565 municípios brasileiros,⁸ com alguns destaques observados nas regiões metropolitanas (RMs).

Espera-se, com essa contribuição, melhorar a identificação daqueles fatores que condicionam situações de privação nos diversos municípios do país, qualificando o desenho e a produção de políticas públicas e apoiando o trabalho de pesquisadores e acadêmicos que se dedicam a compreender as diferentes facetas da vulnerabilidade social no Brasil contemporâneo.

De maneira geral e sintética, todas as localidades analisadas nos estudos anteriormente citados (Costa e Marguti, 2015a; 2015b), sejam elas Unidades da Federação (UFs), RMs, municípios ou Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), apresentaram redução da vulnerabilidade social entre os anos de 2000 e 2010. A tabela 1 reúne os indicadores que compõem o IVS e suas dimensões, apontando seus valores em cada um dos anos analisados.

TABELA 1
Indicadores, dimensões e IVS do Brasil (2000 e 2010)

| Brasil | 2000 | 2010 |
|---|-------|-------|
| Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) | 0,446 | 0,326 |
| <i>IVS infraestrutura urbana</i> | 0,351 | 0,295 |
| Pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados (%) | 8,91 | 6,12 |
| População que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo (%) | 8,88 | 2,98 |
| Pessoas que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho (%) | 10,33 | 10,33 |
| <i>IVS capital humano</i> | 0,503 | 0,362 |
| Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) | 30,57 | 16,7 |
| Crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola (%) | 76,21 | 56,85 |
| Pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (%) | 6,89 | 3,31 |
| Mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos (%) | 3,51 | 2,89 |
| Mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família (%) | 14,66 | 17,23 |
| Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade | 13,63 | 9,61 |
| Crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo (%) | 49,86 | 30,39 |
| Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária (%) | 15,4 | 11,61 |

(Continua)

7. As possíveis formas de inserção dos indivíduos nesses dois mundos dariam origem a três possíveis zonas sociais de inserção, a saber: *i)* a zona de integração, trabalho estável com relações de proximidade fortes; *ii)* a zona de desfiliação, marcada pelo não trabalho e pelo isolamento relacional; e *iii)* situada entre os dois polos, está a zona de vulnerabilidade, delimitada pela inserção precária no trabalho e pela fragilidade das relações de proximidade (Castel, 1994).

8. Conforme a malha municipal do Censo Demográfico 2010.

(Continuação)

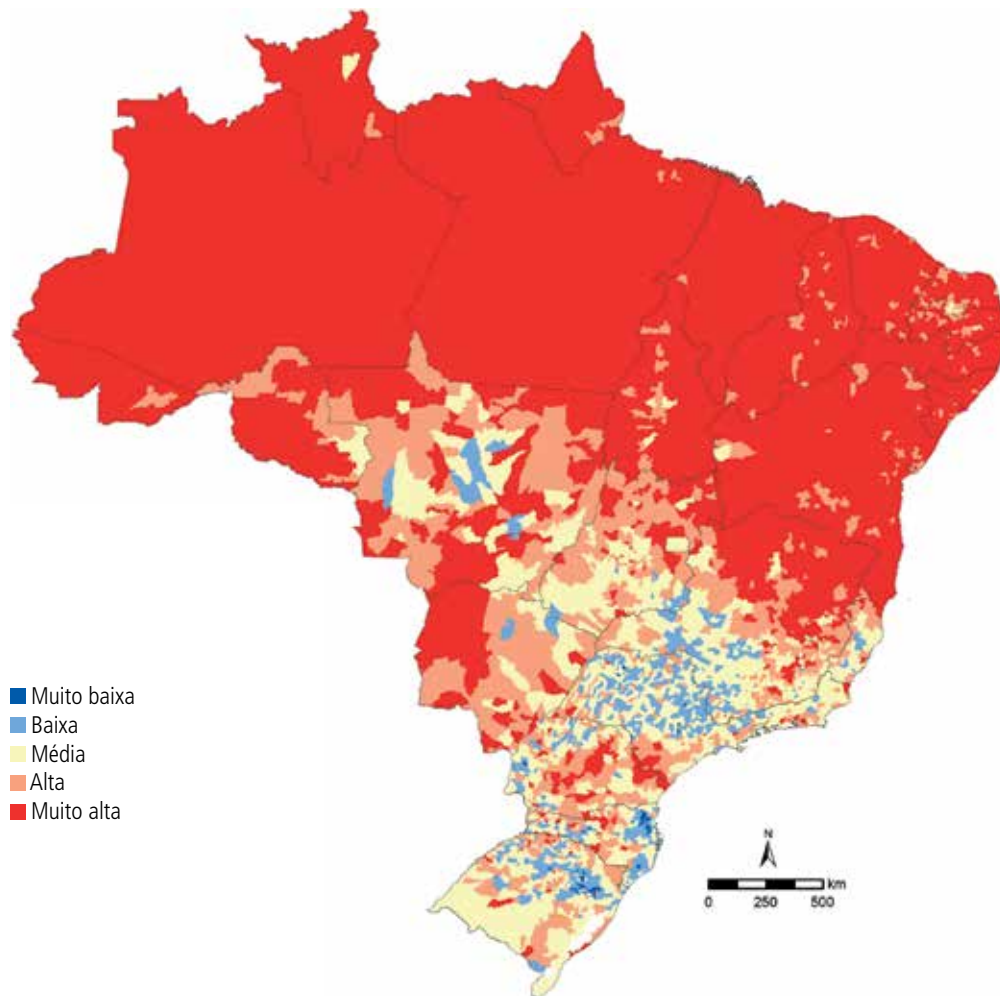
| Brasil | 2000 | 2010 |
|--|--------------|--------------|
| <i>IVS renda e trabalho</i> | <i>0,485</i> | <i>0,320</i> |
| Pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (2010) (%) | 48,39 | 32,56 |
| Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade | 13,82 | 7,29 |
| Pessoas de 18 anos ou mais de idade sem ensino fundamental completo e em ocupação informal (%) | 48,71 | 35,24 |
| Pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (2010) e dependentes de idosos (%) | 3,41 | 2,42 |
| Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade | 9,28 | 7,53 |

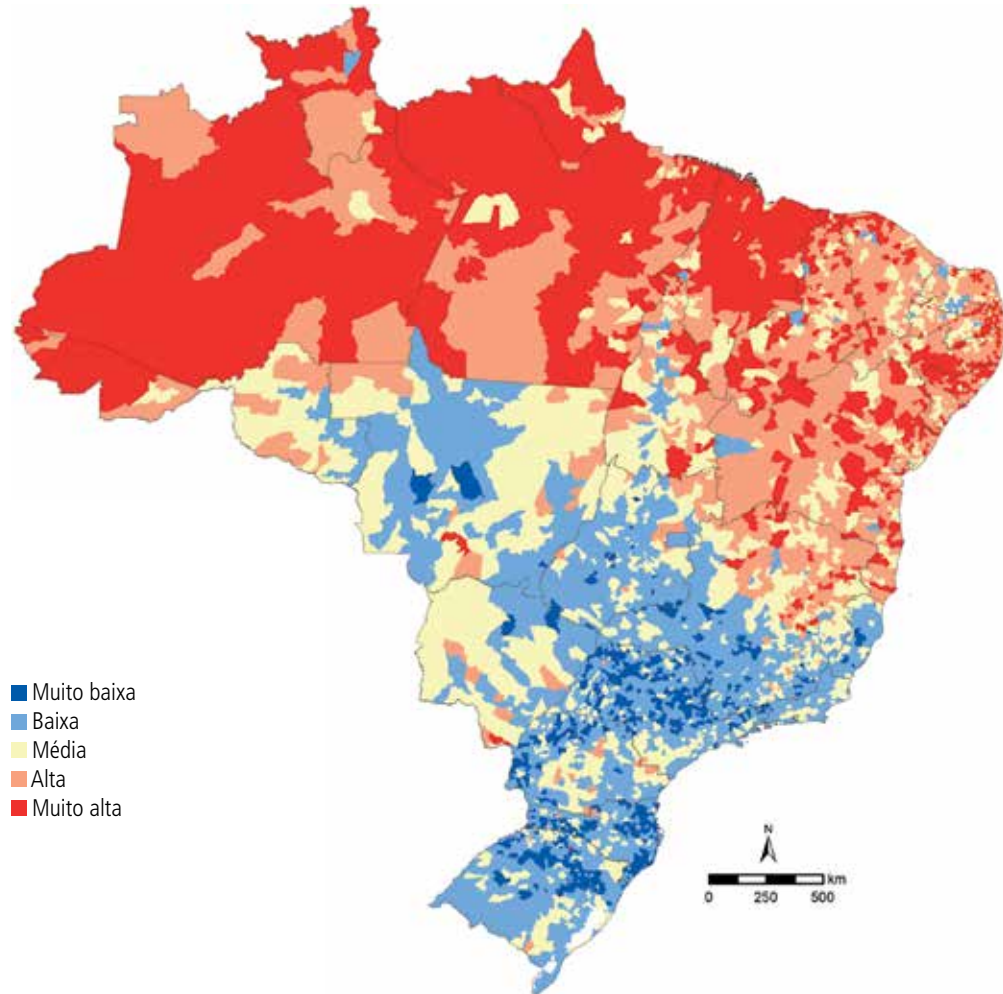
Elaboração dos autores

No Brasil, os maiores avanços foram observados na dimensão renda e trabalho, com uma redução da vulnerabilidade social equivalente a 34% no país, atingindo o melhor desempenho no conjunto de municípios da região Sul, da ordem de 41,6% (Costa e Marguti, 2015a).

O comportamento dos indicadores, em cada uma das dimensões, aponta para tendências regionais bastante definidas (mapa 1). Ainda na dimensão renda e trabalho, acompanhando a tendência regional verificada no Brasil, as maiores reduções da vulnerabilidade social foram observadas em RMs localizadas nas regiões Sul e Sudeste, como é o caso da RM de Curitiba, que apresentou redução igual a 46,7% no IVS renda e trabalho, entre 2000 e 2010.

MAPA 1
IVS (2000 e 2010)
1A – IVS 2000





Elaboração dos autores

Os avanços observados nessa dimensão, entre 2000 e 2010, evidenciam que o aumento do rendimento domiciliar médio esteve associado a um período de crescimento econômico inclusivo, resultado de políticas de inclusão produtiva, intensificação do processo de formalização das relações de trabalho e de valorização do salário mínimo, cujo aumento real acumulado foi igual a 53,7%, entre abril de 2003 e janeiro de 2010, como aponta o estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Guimarães, 2012).

A dimensão da infraestrutura urbana, por sua vez, apresenta as evoluções menos significativas, apontando para a existência de importantes *deficits* neste campo, a despeito do contexto bastante positivo de evolução de outros indicadores sociais. O país evoluiu, na dimensão infraestrutura urbana, cerca de 16% entre 2000 e 2010, com um avanço mais expressivo verificado nos municípios da região Norte do país (29,7%), em que os números relativos ao IVS infraestrutura urbana continuam sendo, regionalmente, os piores observados. Para exemplificar, tomemos a RM da Grande São Luís, que apresentou, entre todas as RMs, a maior evolução nessa dimensão. Em 2000, esta RM estava na faixa da *muito alta* vulnerabilidade social (0,695), contudo, a evolução de 24% ocorrida não foi suficiente para que a RM saísse, em 2010, da condição mais elevada de vulnerabilidade (0,527).

Na análise dos resultados na escala municipal, a dimensão da infraestrutura urbana é a que apresenta os melhores resultados, ainda que a evolução, na década de 2000, não tenha sido a mais intensa. No entanto, quando a análise foca as RMs do país, especialmente as principais áreas metropolitanas (RMs e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride/DF), esta dimensão é a que apresenta os piores índices, mostrando o grau do *deficit* de infraestrutura urbana existente nos principais espaços urbanos do país.

Já na dimensão capital humano, o Brasil encontra-se na faixa do *médio* IVS, em uma redução igual a 28%, entre 2000 e 2010. Desta vez, o destaque está na região Centro-Oeste do país que, no mesmo período, teve o IVS capital humano reduzido em 29,9%.

Tomando como exemplo os resultados dos avanços encontrados na dimensão capital humano, seus indicadores específicos (tabela 1) demonstram que o esforço inicial da equipe que idealizou o projeto, em estabelecer um diálogo entre a combinação de variáveis, na estruturação dos indicadores e na captação dos efeitos das políticas públicas em curso no país, surtiu efeito. Em diversos aspectos, os resultados comparativos, entre 2000 e 2010, apontam avanços significativos na melhoria do acesso aos direitos sociais básicos.

Políticas sociais de transferências de renda, vinculadas ao cumprimento de condicionalidades (Programas de Transferências Condicionadas – PTCs) por parte da população beneficiária moldaram, na última década, um contingente populacional com um novo perfil, em que grande parte das crianças e dos jovens são inseridos no sistema educacional – cuja qualidade ainda demanda uma intensidade de reflexões e intervenções.

A condicionalidade de frequência escolar exigida para que as famílias tenham acesso aos benefícios sociais, de 85% para crianças e jovens de 6 a 15 anos de idade e de 75% para jovens de 16 e 17 anos de idade, resulta no aumento do número de estudantes de até 15 anos que concluiu o ensino fundamental, sendo que para beneficiários dos programas sociais, este aumento dá-se a taxas superiores às observadas para o restante da população. Verifica-se a redução da taxa de abandono escolar, desde os anos iniciais até os finais, e a elevação da taxa de aprovação (Craveiro e Ximenes, 2013).

Desse ponto de vista, o IVS demonstra-se capaz de captar os efeitos dessa condicionalidade na medida em que aponta a redução da proporção de crianças de 0-5 anos que não frequentam a escola, igual a 18% na região Norte e 30% no Sudeste. O mesmo efeito é observado para crianças e jovens de 6-14 anos de idade, em uma redução igual a 42% na região Sudeste e de 60% no Nordeste.

O atendimento à saúde passa a ser mais rigorosamente controlado, com o aumento da frequência de crianças nas unidades de saúde para acompanhamento físico, de saúde e de crescimento (indicadores antropométricos), com a carteira de vacinação em dia, além do aumento de consultas pré-natal, associadas ao acesso a informações básicas sobre saúde e alimentação.

Essa combinação impacta fortemente os indicadores de *mortalidade infantil até 1 ano de idade*, tanto no agregado para Brasil (passando de 30,6 mortos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,7, em 2010), quanto nas RMs, como é o caso da RM de Salvador (com 39,8 mortos por mil nascidos vivos, em 2000, e 16,2, em 2010, em uma redução equivalente a 59%). Esse indicador apresenta evoluções diferenciadas nas macrorregiões brasileiras, chegando a 49% e 44% de redução no Nordeste e no Norte, respectivamente, em contraposição aos 31% verificados no Sul.

Nessa mesma direção, outra publicação do Ipea (Rasella, 2013) aponta a redução de 17% na *taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos de idade*, com reduções mais significativas nos municípios em que o Programa Bolsa Família (PBF), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), atende mais de 70% da população durante quatro anos ou mais.

De maneira conclusiva, o desprezioso exercício de construção do IVS, como maneira de exemplificar as inúmeras maneiras de utilização dos dados disponíveis na plataforma ADH, tendo como base indicadores previamente calculados para outros fins, não tinha a pretensão de mensurar em profundidade os efeitos das políticas sociais e, em certa medida, até mesmo econômicas, em curso no país. No entanto, sua execução mostrou-se eficaz neste sentido para alguns aspectos, como os já mencionados: aumento da proporção de crianças e jovens na escola, queda da mortalidade infantil, aumento da formalização do trabalho, entre outros.

O IVS demonstra, portanto, a importância da criação de um conjunto de indicadores capaz de diagnosticar as condições sociais das pessoas e das famílias e a necessidade de dar continuidade a essa construção, refinando cada vez mais as métricas com o objetivo não apenas de mensurar e de observar os avanços e os efeitos do que já vem sendo executado, mas também de captar as novas sutilezas e vulnerabilidades que se impõem, decorrentes das conjunturas políticas e econômicas em curso.

Assim, entende-se que as políticas e os programas sociais devem ser frequentemente ajustados, para que os avanços importantes, ainda que insuficientes, ocorridos na última década (2000-2010) não se percam em decorrência de cenários conjunturais, quando é posta em risco a segurança da continuidade de políticas e de programas que dependem de seu eficaz desenho (compreensão da demanda) e da constância de sua existência para reverter o desigual acesso aos direitos sociais.

Nessa direção, a experiência do IVS e seus desdobramentos, como é o caso da organização, pelo Ipea (Coordenação de Estudos em Desenvolvimento Urbano – Codur/Dirur), de duas publicações que aglutinam exercícios analíticos (de recortes temáticos e regionais) a partir do uso da base de dados do IVS, mostram a ampliação do esforço de algumas instituições, responsáveis pelo planejamento e pela formulação de políticas sociais e de desenvolvimento, em exercitar a classificação ou categorização/hierarquização de municípios ou espaços intraurbanos, com o objetivo de alinhar aquilo que é ofertado pelo poder público a um conhecimento mais exato e profundo das necessidades, das fragilidades, das ausências, das insuficiências e das vulnerabilidades de grupos sociais específicos.

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation. **Cahiers de Recherche Sociologique**, n. 22, p. 11-27, 1994.

COSTA, M. A. *et al.* **Mapeamento da vulnerabilidade social**: resultados para os municípios brasileiros. Brasília: Ipea, 2015. No prelo.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. (Orgs.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015a.

_____. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015b.

CRAVEIRO, C. B. A.; XIMENES, D. A. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. *In*: CAMPELLO, T.;

NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea; MDS, 2013.

GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação.** Brasília: OIT, 2012.

IMESC – INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Índice de Desenvolvimento Municipal 2009.** São Luís: Imesc, 2010. v. 1.

MOSER, C. O. N. **The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies.** Washington: World Bank, 1998.

RASELLA, D. *et al.* Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças: uma análise nos municípios brasileiros. *In:* CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea; MDS, 2013.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).** São Paulo: Seade, 2013.

